

Do Tejo ao Rio das Mortes: sobre fazer-se “homem bom” na longínqua Vila de São João Del Rei. Séculos XVIII e XIX *

Tarcísio Greggio**

De 1737 a 1759 e de 1808 a 1823, cerca de 50% dos oficiais que serviram à Câmara de São João Del Rei possuía origem reinol. A partir da análise desse número e os dados a ele associados, este artigo desenvolve o seguinte problema: considerando o crescimento por que passa a região em fins do século XVIII e o fato de que o estatuto de *homem bom* era, a princípio, um direito de primogenitura - ou pelo menos uma qualidade localmente atribuída, a partir de que critérios esses novos elementos lusos foram reconhecidos como iguais pelos *homens bons* já estabelecidos na região para então serem eleitos oficiais da Câmara são joanense nos dois períodos recortados?

Palavras-chave: Homens Bons, Família, Cultura Política.

Introdução

Segundo Vitorino Magalhães Godinho, a emigração pode ser vista como uma constante estrutural da cultura portuguesa. Mais do que um fenômeno demográfico, os homens e mulheres que desde o século XV partiram do Tejo rumo ao Atlântico foram acompanhados pelas cambraias, chitas e mais toda sorte de panos e artigos comerciais reexportados por Lisboa, caracterizando o fluxo não só pessoas,

* Esse texto apresenta alguns resultados parciais da pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em História social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O projeto é financiado pela CAPES.

** Mestrando/Universidade Federal do Rio de Janeiro. tarcisiogreggio@hotmail.com

¹ GODINHO, Vitorino Magalhães. L'émigration portugaise (XV^e – XX^e siècle): une constante structurale et les réponses aux changements du monde, in : *Revista de História Econômica e Social*, I, 1978, pp. 5-32.

From 1737 to 1759 and from 1808 to 1823, about 50% of the officers who served to the Chamber of *São João Del Rei* had come from Portugal. Given the population growth of the region during the late eighteenth century and the fact that the status of *homem bom* was a

birthright, this paper investigates how these new elements were recognized as equal by the *homens bons* who were already established in the region.

Keywords: *Homens bons*, Family, Political Culture.

mas também de códigos culturais, que fez do Império Português um verdadeiro mundo em movimento².

A vocação ultramarina da nação que deu início à era dos descobrimentos ganhou contornos institucionais ao longo das primeiras décadas do século XVIII, quando, à medida que a notícia do ouro se confirmava e a inteligência diplomática portuguesa informava sobre os novos posicionamentos das nações europeias, desenhou-se a nas cortes lusas uma clara opção política e econômica pelo Brasil³.

Logo, se até o ano de 1699 não mais que 100.000 portugueses haviam deixado o Reino em direção à América, entre 1700 e 1760, esse valor atinge a impressionante marca de 600.000 almas⁴. Embora desconheçamos precisamente o destino de tais homens, algumas sondagens feitas por historiadores profissionais⁵ confirmam o que há muito fora sugerido, que boa parte desses indivíduos seguiu o caminho das urbes e sertões das Gerais.

“Mais vistosa, e [...] abundante de toda a Capitania na produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do país”, à medida que o século XVIII avança, a vila de São João Del Rei apresenta-se ao Império Português como uma das mais dinâmicas praças mercantis das Minas, provendo toda a capitania de “queijos,

² RUSSEL-WOOD, A.J.R., *Um mundo em movimento: os portugueses na África, na Ásia e na América. (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.

³ BARATA, Maria do Rosário Themudo. Portugal e a Europa na era Moderna, In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2000.

⁴ Brasil: *500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994; MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010; FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

gados, carne de porco⁷⁶ e toda sorte de produtos vindos de outras regiões. Esses e outros assuntos eram tratados no âmbito da Câmara, tendo corrido, boa parte do tempo, sob a gerência de homens nascidos do outro lado do Atlântico. São reinóis atraídos pela riqueza dos circuitos mercantis que animaram a Vila de São João Del Rei, sobretudo após a chegada da Corte em 1808⁷, e onde viriam a ocupar os honrosos cargos da república destinados às principais famílias da região.

O presente texto retrata a composição da Câmara são joanense em dois momentos distintos: 1737 a 1759⁸, e 1808 a 1823. Em ambos, os portugueses representaram cerca de 50% do quadro edilício da Vila.

Ora, a composição dos quadros camarários por uma população lusa “inviabiliza a construção de uma legitimação do poder dessa elite política por meio do argumento da antiguidade das famílias na terra, visto tratarem-se de recém-chegados”⁹. Esse argumento explica claramente o caso da Câmara do Rio Grande de São Pedro ao longo do século XVIII: uma câmara de reinóis, segundo Adriano Comissoli, posto que os seus oficiais eram majoritariamente portugueses arrivistas, e “não descendentes de uma suposta nobreza da terra referida aos primórdios da conquista”¹⁰ da região.

Os dados são bastante semelhantes aos que encontramos para a Câmara de São João Del Rei, tanto no século XVIII, quanto no início do XIX. Entre 1774 e 1794, por exemplo, 40,6% dos oficiais da Câmara do Rio Grande de São Pedro possuía origem reinol¹¹. Esse percentual sobe para 63,7% em 1814, e atinge 73,1%

⁶Teixeira, Des. José João, Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais-1780, in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano VIII, p. 502.

⁷MARTINS, Roberto. A transferência da corte portuguesa para o Brasil. Impactos sobre Minas Gerais. In: *XIV Seminário de Economia mineira*. Anais. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2008.

⁸Boa parte das informações reveladas sobre esse período é mérito da lavra de Livia Nascimento Monteiro, que tratou tema semelhante ao nosso. Cf. MONTEIRO, Livia Nascimento. *Administrando o bem comum: os homens bons e a câmara de São João Del Rei, c. 1730-1760*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

⁹COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2006, p. 67.

¹⁰KHUN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no Sul da América Portuguesa – século XVIII*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2006, p. 277.

¹¹COMISSOLI, Adriano. *Op. cit.*, p. 66.

em 1818¹²; indicando, para mais, um “trânsito intenso de imigrantes em direção ao sul do Brasil”¹³ ao longo do período colonial. “Trata-se”, no caso rio-grandense, “de uma elite política local completamente distinta daquela existente em regiões de povoamento mais antigo, como nos casos do Rio de Janeiro, Salvador e Olinda”¹⁴, onde “os cargos eram regularmente ocupados pelos descendentes dos primeiros povoadores/conquistadores, uma autoproclamada nobreza da terra”¹⁵

Seria prematuro se fizéssemos uma afirmação como essa para a elite camarária são joanense, mas uma segunda semelhança aproxima ainda mais os dois casos. No curso do século XVIII, muitos portugueses seguiram “para o Rio Grande” orientados “pelas relações existentes com pessoas que anteriormente haviam se deslocado para a região”¹⁶, acionando “uma extensa rede de parentescos e afinidades que iniciada em Portugal seria responsável pela acolhida dos recém chegados na sociedade rio-grandense”¹⁷

Voltando à Vila de São João Del Rei, as trajetórias de Braz Alves Antunes, Francisco Antônio Mendonça e Francisco José Alves Santiago, oficiais da Câmara são joanense ao longo dos séculos XVIII e XIX, nos mostram que, à semelhança de seus conterrâneos que migraram para o sul da América portuguesa, muitos reinóis encontraram o caminho das Minas graças a redes de parentesco ativas dos dois lados do Atlântico.

¹² OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 1999, p. 254.

¹³ COMISSOLI, Adriano. *Op. cit.*, p. 66

¹⁴ KHUN, Fábio. *Op. cit.*.

¹⁵ COMISSOLI, Adriano. *Op. cit.*, p. 66. Sobre a constituição de uma nobreza da terra nas Capitânias de Pernambuco e Rio de Janeiro, ver, respectivamente, MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates. Pernambuco. 1666-1715*. São Paulo: Editora 34, 2003; FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro. Séculos XVI e XVII. *Topoi*. Rio de Janeiro, n. 1, pp. 45-122, set. 2000.

¹⁶ KHUH, Fábio. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. In: *Estudos Ibero-Americanos*, XXV (2). Porto Alegre, PUCRS, pp. 91-112, dez. 1999, pp.105-108, pp. 105-108.

¹⁷ OSÓRIO, Helen. *Op. cit.*, pp. 253-259.

São João Del Rei: uma câmara de reinóis?

Em 1776, a Comarca do Rio Das Mortes possuía em torno de 82.781 habitantes¹⁸, sobre os quais não há qualquer informação precisa a respeito de suas origens geográficas. De maneira indireta, os registros dos casamentos realizados na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar nos informam que cerca de 48% dos homens brancos e livres que se casaram em São João Del Rei entre 1731 e 1780 era de origem reinol¹⁹. A grande presença lusa na vila também se manifesta na formação de seu concelho: dos 20 oficiais que serviram à Câmara de São João Del Rei entre 1737 e 1759 cuja naturalidade é conhecida, 12 (60%) foram vindos de Portugal²⁰.

Um deles é Brás Alves Antunes, procurador da Câmara de São João Del Rei em 1756. Natural da Freguesia de Bastos, arcebispado de Braga²¹, ele chegou às Minas por volta de 1740 e foi recebido na casa de um primo conterrâneo seu, o Capitão Manuel Antunes Nogueira, também oficial e dono de uma das maiores fortunas locais²². Além das relações com o primo negociante, Brás Alves Antunes foi caixeiro de outro português enriquecido nas Minas, João Rodrigues Macedo, cujo sucesso na arrematação de contratos de cobranças de impostos rendeu-lhe, em vida, a fama de ser o homem mais rico da Capitania²³.

O indivíduo que saiu do norte de Portugal atraído pela riqueza das Minas, e ali é recebido na casa de parentes, onde logo cria laços, e eventualmente consegue destaque social, seguiu um itinerário já conhecido pela historiografia.

Para nascer, Portugal; para morrer, o mundo. O famoso sermão de Santo Antônio, de Antônio Vieira, ilustra bem o que dissemos na abertura do texto. Ao longo dos séculos, vagas mais ou menos caudalosas de homens deixaram

¹⁸ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p. 405.

¹⁹ BRUGGER, Maria Sílvia Jardim. *Minas Patriarcal. Família e Sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annblume: 2007., p. 106.

²⁰ MONTEIRO, Livia Nascimento. *Op. cit.*, p. 59.

²¹ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Sílvia Maria Jardim Brugger.

²² MONTEIRO, Livia Nascimento. *Op. cit.*, p. 145.

²³ *Idem*, p. 145.

a península Ibérica em busca de melhores condições de vida, geralmente com o desejo de um dia retornarem à terra natal. Isso também foi verdade no século XVIII, como demonstra, entre outros, o importante estudo de Caroline Brettell²⁴. No entanto, segundo os dados estudados pela historiadora Carla Maria Carvalho de Almeida²⁵, pelo menos entre os membros da elite mineira setecentista havia uma forte tendência à fixação dos portugueses na região das Minas.

“Se o trânsito desses homens por outras partes do Império foi intenso até chegarem às Minas, quando ali se estabeleciam, tendiam a criar laços e se enraizarem”²⁶. O lusitano Brás Alves Antunes, oficial da câmara recebido por seu primo Manoel Antunes Nogueira, também oficial, se casa, em 1759²⁷, com Dona Lúcia Clara de Sousa Rosa, filha do vereador (1739) Francisco Chavier de Sousa, outro português arrivista²⁸.

A reconstrução de trajetórias como essa nos permite analisar com relativa precisão um dos fenômenos mais importantes da história social brasileira. Desde os primeiros anos de ocupação, a colonização do Brasil pautou-se na formação de amplas e complexas redes familiares e de parentesco, que uniram indivíduos das mais distintas qualidades e origens geográficas.

Conquanto não partilhassem necessariamente dos “mesmos sistemas e práticas costumeiras de organização familiar e de transmissão de patrimônio”, essa Babel não teria se metamorfoseado numa organização social, política e econômica, caso “reinóis e ilhéus” não comungassem “os mesmos preceitos da monarquia católica corporativa”²⁹.

Por isso optamos aqui por analisar a ocupação e o desenvolvimento histórico da região próxima ao Rio das Mortes, no centro-sul da América, como um

²⁴ BRETTELL, Caroline. *Homens que partem, mulheres que esperam: conseqüências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

²⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais*. Produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822. Belo Horizonte: Argvmentum, 2010.

²⁶ *Idem*, p. 183.

²⁷ INVENTÁRIO *post-mortem* de Brás Alves Antunes. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 543.

²⁸ MONTEIRO, Livia Nascimento. *Op. cit.*, p. 45.

²⁹ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, 2009, p. 39.

fato da expansão Imperial Portuguesa. A povoação foi elevada à condição de Vila em 1713, e, um ano mais tarde, se tornaria a cabeça da Comarca; detalhes que invariavelmente nos levariam a uma sinuosa história dos conceitos cujos propósitos dificilmente atingiríamos com êxito. Contentaremos-nos com o fato de que ali se criaria, na década de 1710, uma Câmara, expediente político tardo-medieval lusitano endereçado ao governo das periferias políticas do Império.

Sendo assim, um dos códigos culturais mais importantes dessa monarquia católica corporativa é uma disciplina social que tem na imagem da família um de seus elementos estruturantes.

Grosso modo, o “caráter modelar” que essa imagem adquire no discurso social do Antigo Regime resulta do fato de que a família constituía uma experiência que, além de comum, estava “fundada em relações e sentimentos que pertenciam à própria natureza das coisas”³⁰, e não à vontade de seus membros. Como sabemos, a construção do conceito de indivíduo, e a conseqüente concepção individualista da sociedade, é posterior a esse contexto, e mesmo a força deste que é um dos fenômenos mais decisivos da história ocidental deslocaria apenas parcialmente uma tal concepção organicista da família³¹.

O discurso político e institucional do mundo moderno, herdeiro do pensamento medieval, atribuía à ideia de ordem um papel central na concepção do cosmos. No relato da Criação, por exemplo, Deus aparece, fundamentalmente, dando ordem às coisas: “separando as trevas da luz, [...], ordenando as coisas umas para as outras”³². A própria narrativa da Criação radica numa “antiquíssima imagem do caráter espontaneamente organizado da natureza”, sendo amiúde evocada por textos medievais, e depois modernos, “para fundamentar as hierarquias sociais”³³.

Assim o mundo era visto ao rés do chão como “o reino da adversidade, como um enorme conjunto de coisas infinitamente diferentes” e hierarquizadas entre si. Logo, “a diversidade, que estava na natureza da criação”, modelava também a natureza de cada criatura, que, “de acordo com o modelo de ser da sua

³⁰ HESPAÑA, Antônio Manuel. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. Belo Horizonte: Annablume, 2010, p. 78.

³¹ *Idem*, p. 78.

³² *Idem*, pp. 26-27.

³³ *Idem*, p.27.

integração no todo, adquiriria uma disposição estável, uma permanente maneira de estar, uma espécie de hábito correspondente à sua função natural”³⁴.

Tanto no mundo jurídico quanto na Filosofia pura, não havia, pois, espaço para “indivíduos isolados e socialmente incaracterísticos”, e sim para os estados correspondentes: “filhos, professores, alunos, homens, mulheres”³⁵. Frente a esta multiplicidade de “estados, a materialidade física e psicológica dos homens desaparece. A pessoa deixa de corresponder a um substrato físico, passando a constituir o ente que o direito cria para cada aspecto, face, situação ou estado que um indivíduo se lhe apresenta”³⁶. A família constitui então um universo totalitário, em que existe “apenas um sujeito, apenas um interesse, apenas um direito”³⁷, apenas um estado, afinal.

Por fim, “esta pré-compreensão da sociedade como um todo ordenada de partes autônomas e desiguais” cada qual atrelada ao seu estado correspondente, mais do que ocupar a mente de filósofos e juristas, dominava, fundamentalmente, “o sentido da vida, as representações do mundo e da sociedade e as ações dos homens”, constituindo, de fato, “a moldura explicativa do modo de ser das estruturas institucionais modernas, tanto metropolitanas como coloniais”³⁸.

Assim Francisco Antônio de Mendonça, português³⁹ igualmente acolhido na casa de primos já estabelecidos na vila de São João Del Rei, chegou às Minas. Vereador em 1754, ele logo cria laços com membros da elite local. Francisco Antônio de Mendonça se casou com Ana Josefa de Jesus⁴⁰, filha de Manoel Ribeiro Sousa, oficial da câmara em 1739⁴¹, ambos naturais da Vila de São João⁴².

³⁴ *Idem*, p. 31.

³⁵ *Idem*, p.28.

³⁶ *Idem*, p. 35.

³⁷ *Idem*, p.81.

³⁸ *Idem*, pp. 28-30.

³⁹ INVENTÁRIO *post-mortem* de Francisco Antônio de Mendonça. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 386.

⁴⁰ INVENTÁRIO *post-mortem* de Francisco Antônio de Mendonça. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 386; Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁴¹ MONTEIRO, Livia Nascimento. *Op. cit.*, p. 136.

⁴² TESTAMENTO. Manoel Ribeiro de Sousa. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 13.

O genro de Francisco Antônio de Mendonça, natural de São João Del Rei, era herdeiro de um dos primeiros povoadores da região, Manoel Ribeiro⁴³, trazido às Minas por uma das primeiras vagas de imigração portuguesa.

A procuradoria da Câmara que Manoel Ribeiro Sousa exerce em 1739, e as duas sesmarias conseguidas na Vila de São José, em 1747, indicam que Francisco Antônio Mendonça se aparentou a uma das boas famílias da região⁴⁴. Como muito dos homens ricos estudados pela historiadora Carla Maria Carvalho de Almeida, o lusitano Francisco Antônio Mendonça alcançou uma “posição de destaque social que dificilmente teria no Reino”⁴⁵ e para a qual concorreu decisivamente a acolhida dos primos Francisco de Mendonça e Sá, e José de Mendonça e Sá, também homens bons oficiais da Câmara.

Com efeito, “a solidariedade familiar de acolhimento funcionaria como um dos elementos fundamentais para o enraizamento desses reinóis nas Minas”⁴⁶.

Ao contrário de Brás Alves Antunes, Francisco Antônio de Mendonça teve mais sorte nos negócios. Seu inventário, aberto em 1780, dá conta de que possuía para lá de 20 escravos, além de duas casas de morada na Vila de São João Del Rei, uma fazenda e muitas outras posses⁴⁷. O português homem bom nos trópicos e senhor de escravos foi também Escrivão da Casa de Fundição de da Comarca do Rio das Mortes, em 1765⁴⁸, e Escrivão da Intendência na Vila de São João Del Rei⁴⁹. Afora isso, foi membro da Ordem Terceira de São Francisco e da Irmandade

⁴³ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁴⁴ MONTEIRO, Livia Nascimento. *Op. cit.*, p. 154.

⁴⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. cit.*, p.180.

⁴⁶ *Idem*, p. 180.

⁴⁷ INVENTÁRIO post-mortem de Francisco Antônio de Mendonça. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 386.

⁴⁸ AHU/MG – 23/08/1765 – cx: 86, doc: 2 – Certidão passada por Francisco Antônio de Mendonça, Escrivão da Conferência da Real Casa de Fundição da Comarca do Rio das Mortes, a respeito de uma devassa tirada em 1764, por Manuel Caetano Monteiro, e iniciada na Campanha do Rio Verde.

⁴⁹ AHU/MG – 06/04/1769 – cx: 95, doc: 5 – Requerimento de Francisco Antônio de Mendonça, antigo Escrivão da Conferência da Vila de São João Del Rei, solicitando a D. José I a mercê de ordenar se declararem as competências do referido cargo bem com as do ofício de Escrivão da Receita e Despesa.

de do Santíssimo Sacramento⁵⁰, entre os dois maiores signos de distinção social disponíveis à elite local.

Do casamento com dona Ana Josefa de Jesus, Francisco Antônio de Mendonça teve pelo menos 3 filhos, através dos quais estreitou laços com outras importantes figuras locais. Jerônimo, um deles, foi batizado em 1769 e teve por padrinho José Luiz Menezes Abrantes Castelo Branco Noronha, Governador da Capitania de Minas. Em 1766, Jerônimo Silva Pereira, oficial da Câmara, apadrinhou Maria; e, em 1763, Joana Félix Silva foi madrinha da pequena Joaquina. Joana Félix Silva era casada com Antônio José Melo, também oficial e compadre de Diogo Lobo Silva, Governador da Capitania de Minas⁵¹.

Brás Alves Antunes e Francisco Antônio de Mendonça são personagens de nossa história com trajetórias cujas semelhanças rareiam apenas no fim de suas vidas. Francisco Antônio de Mendonça, aparentado ao homem rico Francisco de Mendonça e Sá, morre após ter acumulado relativa fortuna, como vimos. Já as boas relações de Brás Alves Antunes com Manuel Antunes Nogueira e João Antunes Macedo, não impediram que ele morresse sem grandes cabedais⁵².

Mas Brás Alves Antunes e Francisco Antônio de Mendonça são, essencialmente, homens nascidos do outro lado do Atlântico que, na longínqua São João Del Rei, alcançaram os estratos superiores da hierarquia social luso-brasílica; e isso graças à “permanência na colônia de modelos sociais conhecidos na metrópole e das representações a eles ligadas”⁵³, notadamente a ideia de família.

O viajante francês Saint-Hilaire, que esteve em São João Del Rei em 1816, anotou que a população da Vila era “renovada incessantemente por jovens vindos das provinciais as mais distantes, de Portugal”. Ciosos de sua origem europeia, após servirem como caixeiros, esses jovens tornavam-se negociantes por conta própria e faziam “vir da Europa, para aprender o comércio, homens de suas famílias”⁵⁴.

⁵⁰ INVENTÁRIO post-mortem de Francisco Antônio de Mendonça. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 386.

⁵¹ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁵² INVENTÁRIO post-mortem de Brás Alves Antunes. IPHAN/São João Del Rei. Cx: 543.

⁵³ HESPANHA, Antônio Manuel. “Prefácio”. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs). *Conquistadores e Negociantes. Histórias de Elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13.

⁵⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo:

Os números ainda são parciais, mas o fato é que entre 1808 e 1823, dos 23 oficiais que serviram à Câmara de São João Del Rei cuja naturalidade conhecemos, 11 (47,61%) eram nascidos do outro lado do Atlântico⁵⁵. Além disso, dos 7 oficiais de origem lusa sobre os quais temos informações mais precisas, 4 se casaram com filhas de conterrâneos seus⁵⁶. Sendo assim, a hipótese de que o mesmo processo de acolhimento dos novos migrantes reinóis por indivíduos portugueses já estabelecidos na região verificado no século anterior não parece desprezível.

O Capitão da Cavalaria das Milícias Francisco Joaquim Coelho Durães de Faria⁵⁷, vereador em 1809 e 1810, natural da Vila dos Arcos, Braga, casou-se com Maria Eleodora Jesus⁵⁸, filha do Capitão e Cavalheiro da Ordem de Cristo José Lourenço Dias, Juiz Ordinário em 1808 e vereador em 1814 e 1815⁵⁹, também natural de Braga⁶⁰. O mesmo ocorreu com o Capitão do Regimento de Milícias Custódio Nogueira da Costa⁶¹, natural da freguesia de São Tiago de Modelos, Porto⁶². O Procurador da Câmara de São João Del Rei (1809) esposara

Itatiaia, EDUSP, 1974, p. 113.

⁵⁵ Acórdãos e Termos de Vereança e Termos Juramento e Posse do Arquivo da Câmara Municipal de São João Del Rei; Inventários e testamentos do Museu Regional de São João Del Rei; Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁵⁶ Os irmãos Alexandre e João Pereira Pimentel uniram-se às famílias originárias no Rio de Janeiro, e apenas um casou-se com a filha de um local.

⁵⁷ AHU/MG – 27/04-/A802 - Cx: 162, doc: 48 - Requerimento de Francisco Joaquim Coelho Durães de Faria, pedindo a confirmação da carta patente do posto de capitão da 7ª Companhia do 4º Regimento de Cavalaria de Milícias da Comarca do Rio das Velhas.

⁵⁸ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁵⁹ Arquivo da Câmara de São João Del Rei. Livro 1: Acórdãos e Termos de Vereança (1736-1831). ACOR 10, fls. 114-176; ACOR 11, fls. 134-148; ACORD 11, fls. 151-198.

⁶⁰ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁶¹ AHU/MG – 28/01-/A803 - Cx: 166, doc: 20 - Requerimento de Custódio Nogueira da Costa, Capitão do Regimento de milícias de Pium-i, Campo Grande, picada de Goiás, Bambuí e suas anexas no Rio das Mortes, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto.

⁶² Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

Rosa Maria Conceição, filha de Jerônimo Dias Trindade, um conterrâneo seu vindo de Santa Lusia da Ilha do Pico, Angra⁶³.

Finalmente, o Capitão Antônio Correa Noronha⁶⁴. Juiz Ordinário em 1811, natural da Freguesia de São Cristóvão de Nogueira, Lamego, ele se une a Caetana Maria Duarte, filha de Caetano Carvalho Duarte, natural da Freguesia de São Miguel, Lousada, Braga⁶⁵. Mas fiquemos com a trajetória de Francisco José Alves Santiago, outro português que encontrou nos trópicos o caminho rumo às posições cimeiras da sociedade. Natural de Braga⁶⁶ e Procurador da Câmara em 1816, ele acumulou uma das maiores fortunas da região⁶⁷, tendo se casado com Messias Cândida Alves Santiago, filha do Comendador lusitano João Batista Machado (almotacé em 1790⁶⁸). Mais do que a acolhida e o seu estabelecimento em São João Del Rei, a união de Francisco José Alves Santiago a um dos mais destacados negociantes locais, garantiu-lhe estreitar laços com alguns dos homens mais importantes da região, e consequentemente, vir a ser um deles⁶⁹.

Como se verá no Organograma 1⁷⁰, Francisco José Alves Santiago fez parte de uma rede que unia desde o próspero comerciante Joaquim Castro e Souza ao distinto Comendador Francisco Isidoro Batista Silva, que, além de ocupar honrosa

⁶³ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁶⁴ Arquivo da Câmara de São João Del Rei. Livro 1: Acórdãos e Termos de Vereança (1736-1831). ACOR 11, fls. 26-54.

⁶⁵ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁶⁶ Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger.

⁶⁷ GRAÇA FILHO, Afonso de. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002, pp. 73-75.

⁶⁸ CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 221.

⁶⁹ Sobre os principais negociantes são joanenses no século XIX, ver: GRAÇA FILHO, Afonso de. *Op. cit.*, pp. 53-102.

⁷⁰ Fonte: Arquivo da Câmara de São João Del Rei. Livro 1: Acórdãos e Termos de Vereança (1736-1831). ACOR. 10, 11, 12, 13 e 14; Inventários e Testamentos do Museu Regional de São João Del Rei; Banco de Dados dos Registros de Batismos e Casamentos da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei – prof. Dra. Maria Silva Jardim Brugger; CINTRA, Sebastião. *Op. cit.*

posição na cabeça da república são joanense (vereador em 1822), fora agraciado com os títulos de Cavaleiro da Ordem de Cristo e de Cavaleiro do Império⁷¹.

É através de Carlos Batista Machado, filho do comendador João Batista, que Francisco José Alves Santiago estreita laços com Custódio de Almeida Magalhães, sem dúvidas um dos personagens mais emblemáticos da história são joanense. Custódio era filho de Francisco de Paula Almeida Magalhães, destacado negociante são joanense enriquecido no comércio local de abastecimento.

Fato é que a riqueza de origem agrária e mercantil herdada por Custódio o levaria a ser o grande banqueiro de São João Del Rei no século XIX⁷². Mas além do capital, que soube muito bem adaptar às novas circunstâncias econômicas do Império, Custódio parece também ter herdado alguns traços da cultura política de seu pai, o comendador Francisco de Paula Almeida Magalhães. Apesar de sua reconhecida “modéstia e aversão a títulos”, Custódio de Almeida Magalhães foi juiz de paz, delgado, vereador e presidente da Câmara. O mais interessante é que também foi membro da Santa Casa de Misericórdia e “irmão benfeitor das corporações religiosas e igrejas sanjoanenses”⁷³.

Na primeira diretoria da Cia Industrial São Joanense (1891), empresa que “nascera dos capitais gerados pela economia de abastecimento da região” e da qual provavelmente era o maior acionista, Custódio encontrou algumas figuras até o momento desconhecidas por nós, outras não. Um dos diretores é Francisco Joaquim Alves Santiago, herdeiro do comerciante, prestamista e oficial da Câmara, o major português Francisco José Alves Santiago⁷⁴.

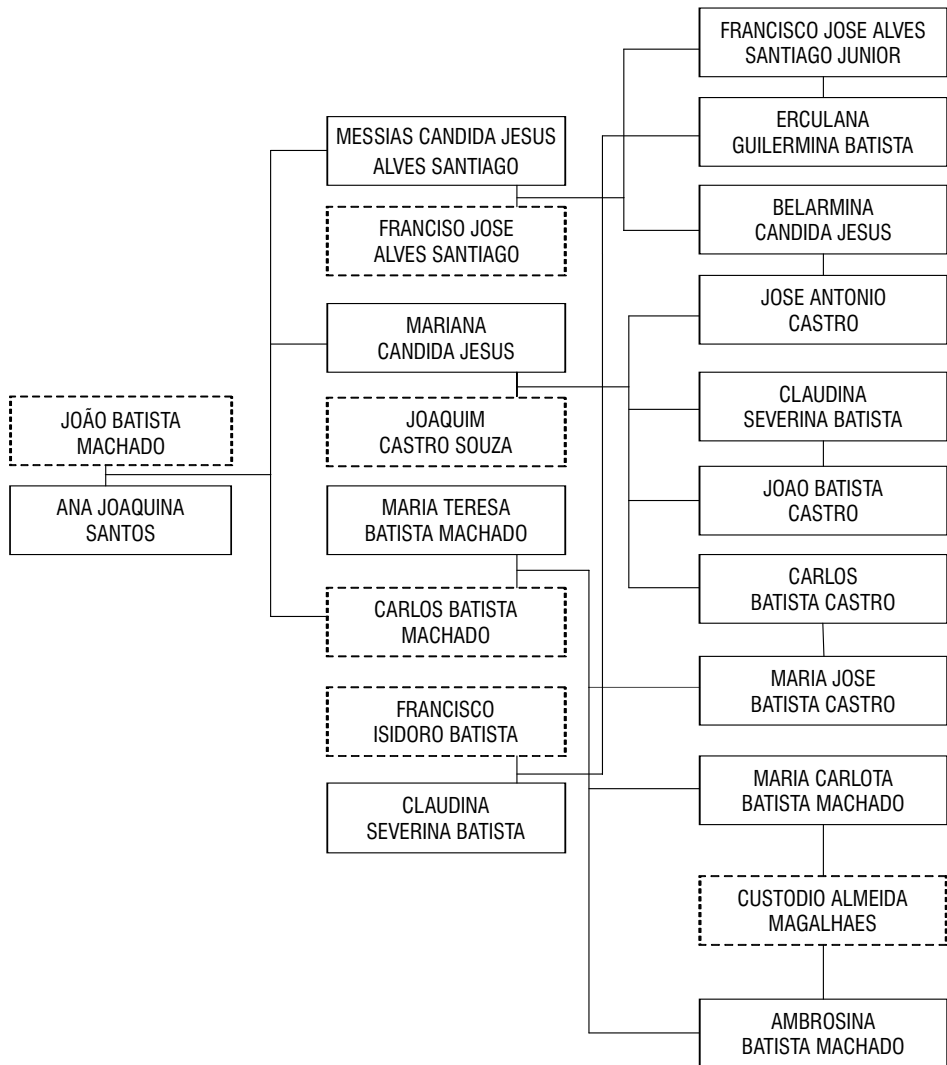
⁷¹ Arquivo da Câmara de São João Del Rei. Livro 1: Acórdãos e Termos de Vereança (1736-1831). ACOR. 13, fls. 23-80.

⁷² GRAÇA FILHO, Afonso de. *Op. cit.*, p. 77.

⁷³ *Idem*, p. 67.

⁷⁴ *Idem*, p. 95.

Organograma 1.



Considerações Finais

A primeira câmara de São João Del foi eleita em 1713⁷⁵ e, como vimos, ao longo do século XVIII e início do XIX a proporção de reinóis ocupando os officios camarários é bastante significativa. Sem dúvidas os dados apresentados merecem ser investigados. É o que estamos fazendo à luz da revisão historiográfica que desde a década de 1980 tem criticado a “concepção de Estado Absolutista como sinônimo de Antigo Regime” e a “ideia de Estado Moderno como um Leviatã que submeteu a seus caprichos o velho mundo europeu e [...] espoliou as jovens sociedades latino-americanas”⁷⁶.

Aqui temos, entre outras, a tese seminal de John Elliott que nos desafia a explicar a forma política vigente na Espanha moderna segundo o modelo de uma *monarquia compósita*⁷⁷; em Portugal, Antônio Manuel Hespanha esclarece que o regime monárquico deve ser compreendido, acima de tudo, como a *cabeça da Republica*⁷⁸. As consequências dessa revisão para o entendimento da sociedade forjada na América portuguesa têm encontrado no conceito de *monarquia pluri-continental* seu acabamento teórico⁷⁹.

É um processo ainda em curso, farto em evidências empíricas, e no qual se insere a pesquisa que subsidia esse artigo. O fato é que boa parte do “imaginá-

⁷⁵ CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Op. cit.*, p. 510.

⁷⁶ FRAGOSO, João. “Prefácio”. In: GUEDES, Roberto. (Org.) *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governo, fronteiras, poderes, legados. Sécs. XVII-XIX*. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2011, p. 13.

⁷⁷ ELLIOTT, John. A Europe of Composite Monarchies. *Past and Present*, 137, nov. 1992.

⁷⁸ HESPANHA, Antônio Manuel. *Às vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal, século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

⁷⁹ Cf. MONTEIRO, Nuno. A tragédia dos Távora. Parentesco, Redes de Poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII. In: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAGOSO, João. (Orgs.). *Na trama das redes. Política e negócios no Império Português. Séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; MONTEIRO, Nuno; CUNHA, Mafalda Soares da. Governadores e Capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (Orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas no Antigo Regime*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005; GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas e centralidades régias no mundo português ca. 1680-1730. In: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAGOSO, João. (Orgs.). *Op. cit.*; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América Lusa nos séculos XVI-XVIII”. *Tempo*, n. 27, 2009.

rio e dos esquemas de pensamento” descritos ao longo do texto “transvasavam largamente o domínio das relações domésticas, aplicando-se, nomeadamente, ao âmbito da república”⁸⁰. Sendo a casa “a primeira comunidade”, as leis mais naturais e, por isso, mais necessárias, são as do governo da casa. Dito de outro modo, uma vez que a família é o próprio “fundamento da república, o regime (ou o governo) da casa é também o fundamento do regime da cidade”⁸¹, razão pela qual apontamos, e nos limitarmos por ora, a importância das redes familiares como chave de leitura para a compreensão da república são joanense.

Assim, tendo em vista o crescimento por que passa a região em fins do século XVIII - a população da Comarca do Rio das Mortes quase triplica de tamanho entre 1776 e 1821⁸² -, e o fato de que o estatuto de homem bom era, a princípio, um direito de primogenitura - ou pelo menos uma qualidade localmente atribuída: a partir de que critérios esses novos elementos lusos foram reconhecidos como iguais pelos homens bons já estabelecidos na região para então serem eleitos oficiais da Câmara de São João Del Rei nos dois períodos recortados?

Em sentido amplo, as redes de relações familiares e de parentesco serviram como “verdadeira reserva política e institucional”⁸³ às elites coloniais brasileiras. Elas extrapolavam seu objetivo econômico – manutenção dos bens e propriedades da família -, e acabariam por assumir o sentido “de busca de uma maior previsibilidade e maior interferência no ritmo dos acontecimentos”⁸⁴. Isso fica claro, por exemplo, no movimentado período que vai de 1750 a 1822: apesar das relações familiares perderem força em Portugal a partir da legislação Pombalina, “no Brasil tais práticas [...] adaptaram-se às novas estruturas da política e do próprio Estado”⁸⁵. Não é exagero, portanto, afirmar que, nesse contexto, as

⁸⁰ HESPANHA, Antônio Manuel. *Op. cit.*, p. 92.

⁸¹ *Idem*, p. 192.

⁸² MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, pp. 405-406.

⁸³ HESPANHA, Antonio Manuel. *Poder e instituição no Antigo Regime: guia de estudo*. Lisboa: Cosmos, 1992, p. 95.

⁸⁴ MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX”. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs). *Conquistadores e Negociantes. Histórias de Elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 409.

⁸⁵ *Idem*, pp. 421-422.

redes familiares coloniais assumiram ares de uma “cultura política”, reforçando “uma prática de governo e dominação que resistia às mudanças impostas pelas novas conjunturas”⁸⁶. Essa cultura, afeiçoando-se à ordem costumeira da sociedade escravista brasileira, assumiu contornos e vieses próprios neste e naquele século, tendo sido o mecanismo através do qual garantiu-se, por exemplo, a *paz nas senzalas*, afora a prosperidade de um punhado de *famílias, bandos e facções* inúmeras conjunturas adentro.

Em sentido estrito, os laços parentais e de afinidade que do Tejo ao Rio das Mortes permitiram o fluxo de gentes portadoras de códigos culturais, políticos e sociais semelhantes, acabaram por formar/alimentar verdadeiras redes de poder agrupadas ao redor da república são joanense, projetando reinóis e demais súditos do Rei às primeiras fileiras da sociedade colonial.

Arquivos Consultados

Arquivo Municipal da Câmara de São João Del Rei.

IPHAN: Museu Regional de São João Del Rei.

Arquivo Histórico Ultramarino/Seção Minas Gerais.

Arquivo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de São João Del Rei.

⁸⁶ *Idem*, pp. 421-422.

